

**VIII Encontro Nacional de Estudos do Consumo**  
**4º Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo**  
**2ª Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo**

**Comida e Alimentação na Sociedade Contemporânea**  
9, 10 e 11 de novembro de 2016  
Universidade Federal Fluminense em Niterói/RJ

**Consumo e Dinheiro: o básico, o supérfluo e as questões morais em uma favela carioca**

Michele de Lavra Pinto<sup>1</sup>

Através de uma pesquisa etnográfica realizada em uma favela carioca no período de 2012 a 2015, busca-se descrever e analisar o consumo, os impactos e significados do dinheiro do Programa Bolsa Família (PBF) no cotidiano de três beneficiárias e suas famílias<sup>2</sup>. Ou seja, como estas famílias, no dia-a-dia, consomem, mas também como percebem e lidam com os “olhares moralizantes” sobre o seu consumo? E quais os significados do dinheiro recebido do programa? O que a pesquisa revela sobre o universo dessas famílias a partir do consumo e o dispêndio do dinheiro recebido [através do PBF], é que quanto mais desprovidas de recursos, mais sofrem com uma certa “vigilância”. Uma “vigilância” cercada de questões morais sobre suas práticas de consumo, uma vez que o dinheiro provém de um programa de transferência de renda público, todavia, o destino dado a ele [dinheiro] pelas famílias é pessoal. Trata-se das questões da autonomia e liberdade dos indivíduos de baixa renda em contraponto a uma certa tutela sobre essas populações pobres, não somente no diz respeito ao gasto do dinheiro recebido pelos benefícios, mas também uma visão de certos setores da sociedade que veem uma falta de capacidade desses grupos de delegar sobre o que é melhor para suas vidas e a falta de aptidão dos mesmos em romper com a pobreza.

Palavras-chaves: Bolsa Família, Consumo, Dinheiro

---

<sup>1</sup> Doutora em História e Política CPDOC/FGV/RJ, Mestre em Antropologia Social UFRGS/RS. Professora Adjunta ESPM/RJ. E-mail: mlavrap@hotmail.com

<sup>2</sup> O artigo foi elaborado a partir da minha tese de doutorado.

## Introdução

No Brasil, os estudos que envolvem populações de baixa renda, como as pessoas beneficiárias do PBF, têm buscado desvendar aspectos relacionados à violência, à família, ao gênero, ao parentesco, à identidade, entre outros. Como exemplo, podem-se citar pesquisas como a de Sarti (1996) com famílias de baixa renda em São Paulo; de Fonseca (2000) com moradores de uma “vila” de Porto Alegre; de Zaluar (1994) com moradores do conjunto habitacional “Cidade de Deus” do Rio de Janeiro; de Caldeira (1984) em um bairro da periferia de São Paulo; e, mais recentemente, de Motta (2014), que descreve os elementos que “modulam” a economia em uma favela da Zona Norte do Rio de Janeiro a partir da noção de casa; e de McCallum e Bustamente (2012), que analisam a construção do cotidiano e de parentesco e as diferenças de gênero a partir da categoria de casa em um bairro popular da cidade de Salvador.

Nas trajetórias a serem descritas das mulheres beneficiárias do PBF e de suas famílias também são observadas algumas dessas categorias. Entretanto, o que se revela é o universo dessas famílias com base no modo de provisão (consumo), no dispêndio e nos significados atribuídos ao dinheiro recebido por meio do PBF, assim como as questões morais que cercam o consumo, uma vez que o dinheiro provém de um programa de transferência de renda público, sendo seu destino definido pelas próprias famílias. Trata-se, assim, da autonomia e liberdade dos indivíduos de baixa renda em contraponto a certa tutela sobre essas populações pobres, não somente no que diz respeito ao gasto do dinheiro recebido pelo programa, mas também no que concerne a uma visão de certos setores da sociedade que julgam haver uma falta de capacidade desses grupos de decidir o que é melhor para suas vidas, bem como uma falta de aptidão para romper com a pobreza. Diante disso, questiona-se: como estas famílias, no dia a dia, consomem e como percebem e lidam com os “olhares moralizantes” sobre o seu consumo? Que significados têm o dinheiro advindo do PBF?

O consumo<sup>3</sup>, neste estudo, é entendido como um fenômeno ativo constante no cotidiano dos indivíduos que desempenha um “papel central como estruturador de valores que

---

<sup>3</sup> O conceito de consumo deve ser ampliado para além da aquisição de bens ou reprodução física ou biológica, sendo visto como mediador de relações sociais, que é capaz de conferir *status*, distinguir-nos, fazer-nos sentir pertencendo a um grupo, estabelecer fronteiras, construir e fortalecer identidades e subjetividades etc. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004).

constroem identidades, regulam relações sociais, definem mapas culturais”, segundo a perspectiva de Rocha (2004, p. 8). Para Douglas e Isherwood (2004), o consumo deve ser trazido para o âmbito do processo social e, assim, deixar de ser visto como um resultado ou um objetivo do trabalho. Ou seja, o consumo precisa ser reconhecido “como parte integrante do mesmo sistema social que explica a disposição para o trabalho, ele próprio como parte integrante da necessidade social de relacionar-se com outras pessoas, e de ter materiais mediadores para essas relações” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 26). Isso significa compreender os bens, o trabalho e o consumo como totalidades do esquema social, bem como o dinheiro e seus significados – o dinheiro oriundo do PBF deve ser entendido como um “dinheiro especial” que é moldado por diferentes redes de relações sociais (ZELIZER, 2003), pelas condições de vida de cada família e pela forma como se dá a vida no lugar em que vivem, seja na cidade, no bairro ou na favela (CALDEIRA, 1984).

### **Três histórias: as beneficiárias e suas famílias**

Falar sobre o PBF a partir das três mulheres participantes deste estudo e de suas famílias é contar um pouco acerca de suas trajetórias e histórias de vida. No caso das famílias beneficiárias foco desta pesquisa, saliento que, embora as famílias acompanhadas tenham em seu núcleo a figura masculina, foi na trajetória das mulheres que a observação se concentrou, uma vez que estas são as beneficiárias do programa, responsabilizando-se pelos filhos e pela organização da casa. A figura masculina aparece, assim, como provedora ou ocupando o papel de pai dos filhos, quando este não contribui para o sustento da casa.

Durante todo o período de pesquisa, conheci poucos homens beneficiários do programa (titulares do programa) e nenhum disposto a participar da pesquisa, pois sempre mencionavam a necessidade de trabalhar. Ainda que não tenha sido proposital, as três famílias acompanhadas são constituídas de casais heterossexuais e com filhos. Cada uma das famílias reside em um domicílio, não havendo compartilhamento deste com outros parentes. Foram acompanhadas as famílias Silva (Maria), Siqueira (Sandra) e Cardoso (Kátia)<sup>4</sup>, todas residentes em uma favela da Zona Sul do Rio de Janeiro, mas com perfis

---

<sup>4</sup> Os sobrenomes e nomes das famílias foram alterados.

socioeconômicos distintos. Seguindo os critérios do PBF, baseados na renda *per capita*, a família Silva está no perfil de extrema pobreza, pois possui uma renda *per capita* inferior a R\$ 77. Já as outras duas famílias são classificadas como pobres, possuindo uma renda *per capita* de até R\$ 154.

As três famílias acompanhadas apresentavam um cotidiano que era moldado pelas suas condições de vida. As três mulheres beneficiárias, Maria, Sandra e Kátia, tinham em comum as atribuições do cuidado com a casa e os filhos e, como moradoras da mesma comunidade, compartilhavam dos códigos que remetiam à moral e à honra feminina relacionada ao espaço da casa, em contraponto à imagem masculina de que o homem deveria ser o principal provedor da família. Tal questão também é percebida por Fonseca (2000) em uma vila de Porto Alegre, na qual a honra familiar entre os homens se expressava por meio da procriação e da forma de provimento da sua família (proteção). A honra feminina, segundo a autora, contemplava quase que exclusivamente a vida doméstica, isto é, cuidar bem dos filhos e ter a sua família, motivo pelo qual ser mãe era um atributo importante. A imagem do homem e da mulher fortemente ligada à família demonstra as dificuldades que ambos possuem de afirmação individual, uma vez que as obrigações em relação a seus familiares devem prevalecer sobre os projetos individuais (SARTI, 1996)<sup>5</sup>.

A família de Maria (Família Silva) era a que mais sofria por não corresponder à imagem de família esperada por quem vivia na favela. O marido não trabalhava e tinha envolvimento com drogas, estando, portanto, distante da figura do homem trabalhador e provedor, enquanto que ela era constantemente acusada de negligenciar o cuidado com os filhos<sup>6</sup>. Sandra (família Cardoso)<sup>7</sup>, por sua vez, possuía a “blindagem” da imagem do marido trabalhador e provedor da família, mas seu passado como prostituta e o problema do filho com as “más companhias” tornavam sua figura de “boa dona de casa e mãe” instável perante os vizinhos. Já a família de Kátia (família Siqueira)<sup>8</sup> era a única que não

---

<sup>5</sup> Sarti (1996) pesquisa famílias de baixa renda em São Paulo, procurando descobrir com base em que categorias morais elas se organizam, interpretam e dão sentido a seu lugar no mundo. A esse respeito, ver também Fonseca (2000).

<sup>6</sup> A família Silva era composta por dois adultos e cinco crianças com idades entre 2 e 9 anos. A família vivia do benefício do PBF, do auxílio de ONGs e vizinhos e de eventuais “bicos” do marido de Maria.

<sup>7</sup> A família Cardoso era composta por dois adultos e três crianças com idades entre 4 e 13 anos. O marido de Sandra trabalhava em uma pizzaria no Bairro de Copacabana e Sandra trabalhou durante um período como auxiliar de limpeza em uma academia de ginástica no Bairro de Botafogo.

<sup>8</sup> A família Siqueira era composta por dois adultos e duas crianças com idades entre 1 e 5 anos. Kátia não trabalhava e seu marido era vendedor na praia de Copacabana.

recebia qualquer repreensão sobre seu comportamento. Kátia era considerada “boa” mãe e esposa, e seu marido era “bem visto”, uma vez que sustentava a casa e cuidava da família.

### **Consumo e Dinheiro: o básico, o supérfluo e as questões morais**

Nos estudos sobre consumo, percebem-se distinções que são feitas em relação ao mundo da produção (trabalho) e à forma como são gastos os recursos adquiridos, estabelecendo hierarquias e algumas de ordem moral, que estão de acordo com os padrões culturais da sociedade. Trata-se, também, da diferença ideológica e classificatória que se pode estabelecer entre produção e consumo<sup>9</sup>. Porém, como apontam Barbosa e Campbell (2006, p. 21), na sociedade contemporânea o valor do trabalho é moralmente superior ao do consumo: “Não trabalhar é um estigma, enquanto não consumir é uma qualidade, moralmente superior ao seu inverso”. Segundo os autores, “ninguém se culpa pelo trabalho que realiza, só pelo que deixou de fazer”, mas o consumo, especialmente daquilo considerado como bens supérfluos, é passível de culpa (BARBOSA; CAMPBELL, 2006, p. 21). Cria-se, assim, uma hierarquia das necessidades, distinguindo as básicas das supérfluas. Entretanto, como defini-las e estabelecê-las em termos universais? Se analisarmos as necessidades do ponto de vista cultural, pode-se estabelecer que as necessidades básicas consistem naquelas consideradas “legítimas” e cujo consumo não nos suscita culpa, pois podem ser moralmente justificadas como o mínimo necessário para reprodução física. Já as necessidades supérfluas podem ser definidas como dispensáveis, requerendo, portanto, justificativas e retóricas de legitimação moral que as enobreçam e diminuam nossa culpa – trata-se da conversão do bem supérfluo em algo moralmente aceitável por meio de certas estratégias. Com essa lógica, a compra de certos bens mostra-se mais complexa, pois não basta que o “objeto” esteja disponível no mercado e que as pessoas tenham dinheiro para adquiri-lo; é preciso que o seu consumo seja justificado. Assim, justificamos a compra uma como forma de economizar (liquidação e oportunidade), como um ato de afeto e “amor” para com as pessoas queridas (familiares e amigos) (MILLER, 2002) ou, ainda, como uma compensação pelo esforço e trabalho – “eu mereço, vou me dar de presente, eu trabalho tanto”. Criamos, então, um

---

<sup>9</sup> Rocha (2004) também ressalta as visões negativas acerca do consumo, o qual, segundo ele, é frequentemente responsabilizado ou associado aos chamados problemas sociais.

eixo compensatório em que a dedicação ao trabalho e o senso de economia e oportunidade, entre outros valores moralmente legítimos, neutralizam a falta de legitimidade da “compra supérflua” (BARBOSA; CAMPBELL, 2006).

O discurso moralizante em relação ao consumo e o debate sobre o que vem a ser uma necessidade básica ou supérflua atingem especialmente as camadas mais pobres da população. Portanto, quanto mais desprovido de recurso for um grupo ou uma população, mais se espera – e facilmente se justifica – que estes gastem com alimentação e com itens culturalmente considerados necessários para sua sobrevivência básica.

O julgamento sobre como e com o que se gasta o dinheiro passa por critérios estabelecidos por outros grupos, geralmente com maior poder aquisitivo, fator que se acentua quando o consumo é realizado com recursos provenientes de programas como o Bolsa Família. O benefício, como mencionado, consiste em um dinheiro público que, entretanto, é dispendido no âmbito privado, cabendo seu destino unicamente a quem o recebe. Se os programas anteriores de transferência de renda no Brasil, como Bolsa Escola e Auxílio Gás, tinham uma finalidade certa, o mesmo não acontece com o dinheiro do PBF<sup>10</sup>, o que torna o benefício do Bolsa Família um “dinheiro especial”, pois as famílias, ao recebê-lo, ressignificam esse valor e dão a ele sentidos diferentes (ZELIZER, 2003; EGER, 2013). Para algumas beneficiárias, este é “um dinheiro só seu”, enquanto que, para outras, é “um dinheiro que ajuda a gente a viver”, um “dinheiro para meus filhos”, um “dinheiro que preciso” ou o “único dinheiro certo do mês”.

As pesquisas de Eger (2013) e Rego e Pizani (2013) relatam a importância do benefício para as mulheres, principalmente no que se refere à autonomia do seu dispêndio. Mesmo que o benefício não permita uma mudança de vida, ele faz com que a beneficiária se apodere e possa fazer escolhas no emprego do recurso. Entretanto, não se pode desconsiderar que o uso do dinheiro é influenciado por fatores como a vida social e a condição feminina (REGO; PIZANI, 2013). Segundo Zelizer<sup>11</sup> (1989 apud REGO; PIZANI, 2013, p. 198), existe uma moralidade das despesas domésticas de acordo com a qual certos usos seriam considerados “mais legítimos do que outros para as famílias, principalmente o uso deles pelas mulheres”. Mesmo com restrições financeiras, cada

---

<sup>10</sup> Na Lei n.º 10.836, de 09 de janeiro de 2004, responsável pela criação do Bolsa Família, não existe nenhuma restrição ou indicação de como o dinheiro deve ser gasto pelos beneficiários.

<sup>11</sup> Zelizer (2009, p. 140) menciona, também, que o discurso moral acerca do dinheiro entende este como “a raiz de todo mal”, apontando-o como o responsável pelo mau comportamento que tem a ganância como consequência.

beneficiária criava estratégias de consumo e buscava empregar o dinheiro conforme suas necessidades. Se a maioria das beneficiárias menciona, primeiramente, usar o dinheiro para comprar comida e “coisas para as crianças”, algo moralmente aceitável, posteriormente aparecerem outras compras<sup>12</sup>. Esse é o caso de Sandra, que comprou um computador, e de Kátia, que empregava o dinheiro com o que considerava “bobagens” para ela e os filhos. Todas as beneficiárias afirmavam comprar doces, biscoitos e refrigerantes, itens considerados uma manifestação de afeto e carinho para com os filhos e, portanto, justificados. Os companheiros também eram contemplados com comidas preferidas. Os agrados de Kátia e Sandra para os companheiros eram uma forma de contrapartida, ou seja, de retribuição pelo sustento da casa:

Às vezes, compro uma cervejinha e faço uma comida que ele gosta; afinal, a gente tem que agradar o marido (Kátia).

No final de semana, sempre cozinho para ele [companheiro]. Ele adora meu escondidinho de carne seca, aí eu faço. O seu [...] do mercadinho perto da padaria tem carne seca bem boa, pego dele (Sandra).

O consumo de certos bens e principalmente de alimentos expressava a relação entre as mulheres e seus filhos ou, ainda, entre as mulheres e seus companheiros. Na obra “Teoria das Compras”, pesquisa realizada com famílias em um bairro de Londres, Miller (2002) explica como as compras de abastecimento do lar são meios de expressão dos afetos que envolvem o responsável por realizar tais compras e seus familiares. Para Miller (2002, p. 162), o propósito do comprar não é “tanto comprar as coisas que as pessoas querem”, mas lutar para continuar se relacionando com as pessoas que querem as coisas.

---

<sup>12</sup> Na pesquisa realizada sobre o PBF na cidade de Canoas, Rio Grande do Sul, as beneficiárias inicialmente relatavam que compravam comida e roupas para as crianças. Posteriormente, foi observado que o recurso era empregado em bens como televisão, videogames e eletrodomésticos. No caso da televisão, esta foi comprada ou, nos termos da beneficiária, “tirada” em prestações no valor do benefício; sua justificativa para a compra era manter “as crianças dentro de casa” na sua ausência. Quando o benefício era gasto com comida, os tipos de alimentos mencionados pelas famílias eram sempre os considerados “saudáveis” (frutas e verduras) algo incentivado por algumas assistentes sociais. Entretanto, no cotidiano, observava-se que compravam cachorro-quente, biscoitos e salgadinhos como forma de “agrado” ou “presentinho” para os filhos (LAVRA PINTO; PACHECO, 2009). As pesquisas mencionadas (MILLER, 2002; LAVRA PINTO; PACHECO, 2009), embora realizadas com grupos e lugares distintos, possuem certa universalidade no que remete ao consumo como sinal de afeto, agrado, carinho ou presente.

No caso das famílias beneficiárias, além dos agrados e “presentinhos”, havia uma preocupação em justificar o emprego do dinheiro. Era comum existir, assim, certa tutela e vigilância das pessoas que faziam parte da rede social que auxiliavam as famílias mais pobres, como se estas não fossem capazes de realizar escolhas adequadas para suas vidas. A família de Maria era, entre as famílias pesquisadas, a que sofria uma “vigilância” no emprego do dinheiro. No entanto, Maria era a que tinha pouca possibilidade de gastar o dinheiro do benefício com “bobagens” e nunca expressou que o benefício fosse um “dinheiro seu”. O valor recebido era destinado para manter sua família, servindo como um “dinheiro da casa” que era usado para pagar o aluguel e ajudar na compra de alimentos e, eventualmente, possibilitava realizar um “agrado” aos filhos (doces e biscoitos) (MOTTA, 2014). A família de Maria nunca comprometeu a renda com bens como televisão, móveis etc. – estes eram adquiridos por meio de doações. Os poucos recursos disponíveis dificultavam o acesso a serviços financeiros<sup>13</sup> que possibilitariam a aquisição de algum bem.

Houve uma única vez em que Maria usou o “dinheiro da casa” com algo que estava fora do consumo habitual da família, uma festa de aniversário para uma das filhas. Naquele período, circulou um boato de que o PBF acabaria. Diante disso, Maria tomou a decisão de fazer uma festa de aniversário, já que este seria o último pagamento que receberia. Ela se dirigiu até o banco e sacou todo o dinheiro que seria empregado na festa de aniversário:

Disseram que o Bolsa Família ia acabar, e eu acreditei. Fui no banco, o pagamento já estava lá. Então peguei o dinheiro e, como tinha sido aniversário da minha filha, resolvi dar uma festinha. Eles [filhos] sempre pediam, e eu não podia dar; aí pensei, já que é o último dinheiro, vamos gastar para fazer eles felizes, ia acabar mesmo, era a última chance. Comprei bolo, uma vizinha me ajudou a fazer os docinhos, balões [...] uma beleza. Meus filhos se divertiram muito, chamei os amiguinhos. Alguns vizinhos comentaram “ah tá podendo”, “tá sobrando”. Gente fofoqueira. Só porque a gente é pobre não pode ter festa? E depois descobri que não era verdade, que o Bolsa não ia acabar; menina, me deu uma culpa. Ainda bem que estava pago dois meses de aluguel. Mesmo assim, faltou dinheiro para o resto do mês, mas pelo menos meus filhos ficaram felizes. Hoje não faria mais isso, não (Maria).

Durante a festa, Maria sentia-se feliz por ter agradado aos filhos, mas também se sentia culpada. O dinheiro fez falta para as despesas da família, e ela ficou com receio de perder

---

<sup>13</sup> Me refiro aqui ao acesso a cartão de crédito ou alguma forma de financiamento e parcelamento.

a ajuda que ganhava na favela, uma vez que recebeu críticas de alguns vizinhos sobre o valor gasto na festa. Se o pagamento do benefício fosse realmente o último, a “prestação de contas” e a contrapartida para os vizinhos ou para quem mais a ajudava não seriam mais necessárias; afinal, o benefício estava acabando e, portanto, o “presentinho” e o “ato de amor” para os filhos justificavam-se. O episódio da festa dos filhos de Maria evidencia que o dinheiro não está isento dos efeitos sociais e culturais, tornando o benefício do Bolsa Família um “dinheiro especial”. O dinheiro, na visão de Zelizer (2003), torna-se “especial” quando seus significados são determinados por relações sociais de poder, por questões de gênero e idade ou, ainda, pelas classes sociais que influenciam a sua utilização.

As outras beneficiárias, Kátia e Sandra, empregavam o benefício com mais “liberdade”. No cotidiano, o dinheiro do Bolsa Família funcionava para as duas como um “dinheiro seu”, que não era necessário para as despesas domésticas, o que tornava o benefício um “dinheiro invisível” no ambiente privado, uma vez que os companheiros não tinham acesso nem questionavam como era despendido (ZELIZER, 2003). O “dinheiro invisível”, nos termos da autora, diz respeito às inúmeras estratégias que as mulheres utilizam, no âmbito familiar, para ter um “dinheiro seu”, que possa ser gasto com despesas pessoais. No caso das famílias pesquisadas, em função das condições econômicas, o benefício do PBF pode tornar-se um “dinheiro invisível”, ou seja, um “dinheiro seu”, o que não implica, contudo, que ambas não comprassem “coisas para casa”, mas a maioria dos gastos com o benefício era para coisas pessoais.

O dinheiro proveniente do PBF ganhava, assim, vários sentidos, sendo, por isso, um “dinheiro especial”. Para quem recebia o benefício, conforme os destinos dados a ele, poderia significar um “dinheiro da casa”, um “dinheiro invisível” e/ou um “dinheiro meu”. Para os não beneficiários, esse valor era visto como um “dinheiro de pobre” que aos pobres deveria ser destinado, ou seja, para as pessoas/famílias que “precisavam” por não terem condições de se manterem.

No que tange ao consumo<sup>14</sup> entre as famílias acompanhadas, os ganhos e certo estilo de vida impunham limites não somente ao que era adquirido para comer e vestir, mas também aos locais onde seriam realizadas as compras. Morar em uma favela da Zona Sul

---

<sup>14</sup> Embora as famílias acompanhadas tivessem um estilo de vida comum relacionado a determinados hábitos de consumo e padrões de comportamento, isso não significa que tais hábitos e padrões eram compartilhados por todos os moradores da favela.

significava para as famílias ter facilidades como transporte, lazer e trabalho; porém, o custo de vida era considerado mais alto que em outras partes da cidade. Portanto, como mencionado pelas beneficiárias, comprar na favela era facilitado pelo acesso aos locais de compra, ao crédito e aos preços mais baratos, o que acabava por restringir o consumo das famílias quando realizavam compras no “asfalto”. Da mesma forma, a localização da casa nas partes mais altas da favela, com subidas íngremes, podia tornar-se um problema para obterem a entrega de objetos como móveis e eletrodomésticos:

Quando comprei o berço do Miguel e falamos que era para entregar aqui no Pavão-Pavãozinho, já nos olharam e perguntaram: “que parte?”. Aí falamos que tinha como entregar porque o caminhão podia subir próximo de onde morávamos. Mesmo assim, cobraram mais caro, eu tenho certeza. Quando a gente fala que mora na favela, já te olham e pensam: “pobre”, e que não tem como chegar na casa da gente (Kátia).

Os relatos sobre as dificuldades de obter entregas de produtos em algumas partes da favela eram comuns. Ser um consumidor e residir na favela remetia à imagem do senso comum de pobreza, de difícil acesso e de violência. As dificuldades e imagens associadas à favela obrigavam, por vezes, os moradores a criarem outras estratégias para ter um produto, assim como a criarem um novo serviço para esse fim.

Quando a loja não realizava a entrega do produto no domicílio, às vezes, os familiares acabavam auxiliando, mas, quando não era possível contar com um parente ou amigo, outra solução era dada. Uma das estratégias a que os moradores da favela recorriam era o trabalho conhecido como “burro sem rabo”<sup>15</sup>. Os “burros sem rabo” eram moradores da própria favela que prestavam o serviço de entrega dos mais variados produtos em toda a favela<sup>16</sup>. Alguns ainda auxiliavam pessoas idosas e com necessidades especiais que tinham dificuldades para chegar a suas casas. Além do serviço como carregadores, eles

---

<sup>15</sup> “Burro sem rabo”, homens eram contratados para carregam móveis, eletrodomésticos e em alguns casos pessoas (idosos, pessoas com necessidades especiais) para as partes mais altas da favela. Os “burros sem rabo” também prestavam serviço de entrega para algumas lojas na favela. Para um melhor detalhamento, ver artigo de Corrêa e Lavra Pinto (2015).

<sup>16</sup> Na favela pesquisa havia um morador, bastante conhecido, que era o “burro sem rabo”. Quase todos os serviços de entrega e venda de móveis e eletrodomésticos usados era realizado por ele.

também realizavam a venda de objetos (móveis e eletrodomésticos) provenientes de moradores que não os queriam mais e, por isso, descartavam-nos<sup>17</sup>.

Quando ficou sem geladeira, Maria tentou comprar uma usada com um desses trabalhadores. A geladeira prometida à família por meio de doação estava demorando. Assim, Maria foi ver a geladeira que estava para vender no “ponto”<sup>18</sup> na entrada da favela. Porém, achou que muito cara acima das suas possibilidades e desistiu – “O seu [...] ficou louco, queria R\$ 300 por geladeira usada e antiga, não dá para comprar. Vou esperar que vão conseguir uma de doação”.

As práticas de consumo, realizadas principalmente na favela, pelas famílias acompanhadas envolviam questões econômicas, uma vez que ter uma renda facilitava o acesso a determinados bens e garantia a subsistência. Porém, não é possível compreender o consumo dessas famílias apenas pela variável da renda. As práticas e estratégias de consumo de determinados bens pelas famílias demonstravam a existência de relações sociais envolvidas nesse âmbito – relações entre beneficiárias que dividiam alimentos e objetos como computador; entre beneficiárias e sua família, por meio da compra de doces para os filhos e da preparação de alimentos para seus companheiros; e entre beneficiárias e demais moradores, relação essa que assegurava ajuda e, ao mesmo tempo, ocasionava vigilância quanto às famílias.

Nesse sentido, com base nas relações sociais, torna-se possível afirmar que o consumo pode ser entendido como uma forma de comunicação entre as pessoas, em que os objetos atuam como mediadores ou indexadores desse processo interativo: os bens são comunicadores. A frase “as mercadorias são boas para pensar” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 108) resume de maneira clara a ideia de que os objetos que nos circundam servem para produzir sistemas classificatórios a partir dos quais os grupos sociais estabelecem relacionamentos e demarcam fronteiras e diferenças entre si.

---

<sup>17</sup> O descarte de móveis e eletrodomésticos era realizado pelos moradores da favela, mas também pelos moradores prédios e condomínios do “asfalto” localizados nos bairros de Copacabana e Ipanema. Quando um morador não queria mais o bem, oferecia ao “burro sem rabo”; se este se interessasse, buscava e colocava para vender no seu “ponto”. Para um melhor detalhamento sobre o assunto, ver artigo de Corrêa e Lavra Pinto (2015).

<sup>18</sup> “Ponto” significa aqui o local na favela onde são expostos móveis e eletrodomésticos usados para venda.

## Conclusões

Quando ingressamos no universo das três famílias acompanhadas na favela da Zona Sul do Rio de Janeiro, revelamos o que se passa com os beneficiários do PBF no ambiente privado e sua relação com o dinheiro do programa e com as formas como este é empregado, ou seja, consumido. Percebemos, assim, que a família Silva não recebia críticas por ser beneficiária, já que havia uma concordância entre os moradores e assistentes sociais acerca do fato de que seus membros eram extremamente pobres. As outras duas famílias, Siqueira e Cardoso, ao contrário, recebiam críticas por não “precisarem” do benefício. Essas duas percepções sobre as três famílias produziam vigilâncias distintas, o que acabava influenciando as formas de empregarem o dinheiro e os significados que eram dados a este.

A família Silva era constantemente criticada toda vez que não gastava o dinheiro com o que fosse considerado “básico” para sua sobrevivência, uma vez que o dinheiro recebido do PBF deveria ser sempre um “dinheiro da casa” (ZELIZER, 2003; MOTTA, 2014). A família sofria uma “vigilância da pobreza”, baseada em um discurso moralizante sobre o que e como consumir. As outras duas famílias, Siqueira e Cardoso, não sofriam a mesma vigilância, de modo que o dinheiro recebido do programa não possuía um significado coletivo, como no caso da família Silva, isto é, o significado de “dinheiro da casa”. O seu dispêndio era, assim, definido pelas titulares do benefício, Sandra e Kátia, que o consideravam um “dinheiro seu” ou, nos termos de Zelizer (2003), um “dinheiro invisível”. A única crítica recaía sobre se elas “precisavam” do benefício, motivo pelo qual tinham certo cuidado quando o gastavam.

Se, por um lado, o dinheiro proveniente do programa não permite que a situação socioeconômica das famílias beneficiadas seja alterada, por outro lado, podemos afirmar que o benefício gera um alívio na vida de algumas famílias, empoderando-as enquanto consumidores no sentido de poderem realizar escolhas sobre o emprego do dinheiro, apesar dos olhares moralizantes.

Pesquisar sobre PBF é, desse modo, desvendar os diversos aspectos de uma sociedade, as formas de preconceito com as populações mais pobres, os modos de consumo, os significados atribuídos ao dinheiro e as relações que se constroem entre os beneficiários e não beneficiários (assistentes sociais, vizinhos, governo etc.). Trata-se, assim, de conferir “carne e osso” a quem está sendo beneficiado.

## Referências Bibliográficas:

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (Orgs.). **Cultura, Consumo e Identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CALDEIRA, T. P. do R. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da Periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CORRÊA, S.; LAVRA PINTO, M. de. A circulação e a vida social de móveis e eletrodomésticos: mediações entre a “favela” e o “asfalto”. In: CORRÊA, S.; LAVRA PINTO, M. de; DUBEUX, V. **Consumo e Sociabilidades: espaços; significados e reflexões**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. p. 33-49.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **Mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

EGER, T. J. **Dinheiro e Moralidade no Bolsa Família: uma perspectiva etnográfica**. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

LAVRA PINTO, M. de; PACHECO, J. K. Consumo, moralidade e o Programa Bolsa Família: padrões e percepções de um grupo de baixa renda. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Juventude, Consumo & Educação 2**. Porto Alegre: ESPM, 2009. p. 233-252.

MCCALLUM, C.; BUSTAMENTE, V. Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia. **Etnográfica**, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 221-246, 2012.

MILLER, D. **Teoria das compras: o que orienta as escolhas dos consumidores**. São Paulo: Nobel, 2002.

\_\_\_\_\_. **The comfort of things**. Polity Press: Cambridge, 2012.

MOTTA, E. Houses and economy in the favela. **Vibrant**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 118-158, Jan./June 2014. Disponível em:  
<[http://www.vibrant.org.br/downloads/v11n1\\_motta.pdf](http://www.vibrant.org.br/downloads/v11n1_motta.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2015.

MÜLLER, L. H. A.; SOARES, D. V. Vão-se os anéis: uma abordagem antropológica do penhor como instrumento de crédito. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, p. 5179, jan./jul. 2012.

MÜLLER, L. Os grupos de baixa renda e o crédito no cenário brasileiro. In: LAVRA PINTO, M.; PACHECO, J. K. (Orgs.). **Juventude, consumo e educação 4**: reflexões, experiências e diálogos contemporâneos. 1. ed. Porto Alegre: ESPM, 2012, p. 15-26.

REGO, W. L. R.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Unesp, 2013.

ROCHA, E. G. Apresentação. In: DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **Mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 2. ed. Campinas: Autores associados, 1996.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ZELIZER, V. Dinheiro, Poder e Sexo. **Caderno Pagu**, Campinas, n. 32, p. 135-157, jan./jun. 2009.

\_\_\_\_\_. O significado social do dinheiro. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs.). **A nova sociologia econômica**: uma antologia. Portugal: Celta Editora, 2003. p. 125-165.